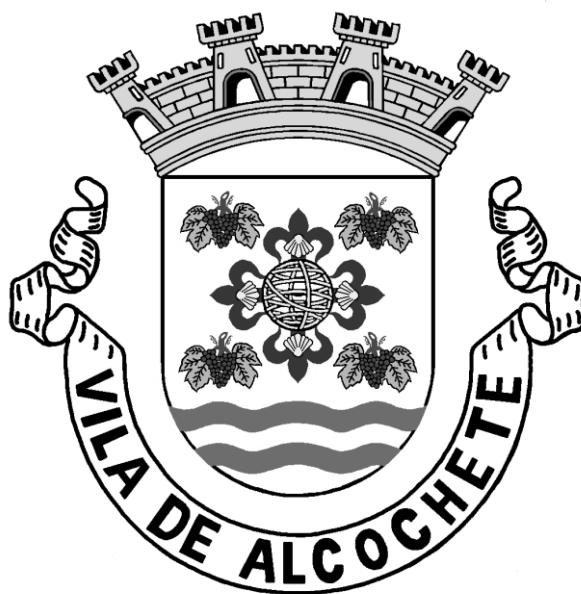




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 21

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 26 DE OUTUBRO DE 2022

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	20
C. ORDEM DO DIA.....	20
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	21
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	21
3. APROVAÇÃO DE ATAS.....	21
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR-PRESIDENTE E VERAÇÃO:	22
4.1. RETIFICAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL SITO NO LARGO DA MISERICÓRDIA E NA RUA JOÃO FACCO VIANA N.OS 8 A 12, ALCOCHETE PRESENTE EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 16/03/2022 – PONTO 4.2.....	22
4.2. ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES E DE UTILIZAÇÃO COLETIVA - PROCESSO DE OBRAS N.º LE/2020/31.....	23
4.3. DOAÇÃO DE CADEIRA ELÉTRICA PARA EVACUAÇÃO/MOBILIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOCHETE	24
4.4. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM A ASSOCIAÇÃO DE DANÇAS SEVILHANAS ROCIERAS DE ALCOCHETE	25
4.5. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE PARCERIA PARA A PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR 2022/2023	27
4.6. ATRIBUIÇÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ANO LETIVO 2022/2023.....	28
5. APOIOS FINANCEIROS	29
6. INFORMAÇÕES	34
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	38
ENCERRAMENTO	38

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras, Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e os senhores vereadores, Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Dário João Ferra Moura e Luís Miguel Carraça Franco.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente primeiramente informou que conforme os Editais já publicados, a reunião de câmara agendada para o dia 9 de novembro de 2022 é adiada para o dia seguinte à mesma hora. A reunião de câmara agendada para o dia 23 de novembro de 2022, ao invés de começar às 17:30 como habitualmente, terá o seu início às 18:30.

Seguidamente apresentou o voto de pesar:

– Voto de Pesar – Adriano José Alves Moreira

«No passado domingo, 23 de outubro, faleceu o professor Doutor Adriano Moreira, após um século do seu nascimento.

Transmontano de Grijó, nunca perdeu as suas raízes, mas o seu pensamento abarcava Portugal e o mundo.

Figura ímpar da vida pública portuguesa, é inegável o contributo dos seus recursos intelectuais para Portugal. Pioneiro da Ciência Política e dos estudos militares no ensino Superior, advogado, político, pensador, Adriano Moreira foi, como afirmou o atual Presidente da República “quase tudo, entre política e a academia”.

A passagem entre os dois regimes deu-lhe a possibilidade de afirmar sem constrangimentos os valores que sempre defendeu, de liderar um partido democrático e de, através do seu pensamento crítico e construtivo, contribuir para uma melhor compreensão do lugar de Portugal na história e no mundo.

A sua verticalidade e sentido de serviço à causa pública refletem-se nas suas palavras: “As instituições são a única coisa de sobrevivência e de eternidade. Não somos Nós”.

Em junho deste ano, Adriano Moreira foi condecorado pelo Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem de Camões. No reverso deste medalhão é possível encontrar uma frase retirada dos Lusíadas: “Aqueles que por obras valerosas se vão da lei da morte libertando”.

Perdeu-se a condição física, perdurará o pensamento e o exemplo do Professor Doutor Adriano Moreira.

À família enlutada endereçamos as mais sentidas condolências e proponho que a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar o presente voto;
- Observar um minuto de silêncio em memória de Adriano José Alves Moreira;
- Remeter o presente voto à família de Adriano José Alves Moreira;
- Remeter o presente voto à Assembleia Municipal de Alcochete.»

Submetido à discussão e votação, foi o Voto de Pesar aprovado por unanimidade.

Foi cumprido um minuto de silêncio.

Continuou a sua intervenção informando que o Centro de Vacinação instalado no Fórum Cultural de Alcochete se encontra em funcionamento, às quartas-feiras e quintas-feiras das 09h00 às 13h00 e das 13h30 às 16h00, de forma a responder ao plano de vacinação covid e vacina da gripe. Desde o dia 08 de setembro já foram inoculados 1.776 utentes e desde o início do processo de vacinação foram administradas 12.473 vacinas. Recordou que a autarquia continua a assegurar, através dos Bombeiros Voluntários de Alcochete o transporte dos munícipes do concelho para o Centro de Vacinação, em articulação com o Setor de Ação Social, de acordo com critérios de mobilidade que se encontram em vigor. O número de contacto disponível para a marcação do respetivo transporte é 21 234 86 46. Desde o início da pandemia, já foram transportados para o Centro de Vacinação de Alcochete 644 utentes.

A senhora vereadora Natacha Patinha expôs que muito se tem falado acerca das dificuldades que alguns serviços públicos enfrentam no ponto de vista da falta de funcionários, dando o exemplo da falta de efetivos da GNR (Guarda Nacional Republicana) que causa alguns constrangimentos em termos de segurança, a par da falta de assistentes operacionais e da dificuldade na colocação de professores. Em termos gerais todos os serviços públicos de nível central padecem de carência de recursos humanos, referindo que este tema foi abordado na última reunião da Assembleia Municipal de Alcochete.

Lembrou que por diversas vezes já se discutiu sobre o Centro de Saúde de Alcochete, que faltam médicos, não há assistentes e nem quem atenda o telefone, contudo, as carências são permanentes e se arrastam ao longo dos anos. Apontou a situação da Conservatória do Registo Civil de Alcochete e dos problemas referentes ao seu atendimento, que se agravou em tempos de pandemia e que persiste aos dias de hoje, sentindo que o serviço de agendamento não é compatível com as necessidades da população que não conseguem vaga para tratar do seu cartão de cidadão, asseverando que não existe um critério de localização e que Alcochete pode receber utentes de qualquer parte do país, acabando mesmo por virem pessoas do Montijo fazer o seu cartão de cidadão, porque corria a ideia que havia pouco serviço.

Continuou informando que muitas vezes os funcionários são agredidos verbalmente, fruto da impaciência das pessoas que chegam ao local, não têm senha, não são atendidas ou a

porta está fechada, tendo existido inclusivamente situações mais graves, onde partiram o vidro da porta e por diversas vezes a GNR foi chamada ao local para serenar os ânimos. A utilização do “Livro de Reclamações” não tem surtido o efeito desejado, tendo em conta que o número de funcionários continua a ser o mesmo, havendo alturas em que alguns estão de baixa médica ou em gozo de férias. Sem prejuízo do direito dos trabalhadores, as necessidades das pessoas continuam a existir, a ter direito ao seu atendimento, todavia, também tem de existir segurança para quem presta um serviço público.

Questionou se o executivo tem conhecimento destas situações, se está previsto tomarem alguma medida no sentido de criar condições de segurança para funcionários e utentes, no sentido de manter a tranquilidade, a par do que aconteceu no concelho do Montijo em que a câmara municipal ao ver-se confrontada com este problema colocou militares da GNR à porta da Conservatória, acrescentando à segurança de que o Tribunal já dispõe.

O senhor vereador Luís Franco explanou que as questões que tinha para colocar estavam relacionadas com as obras na avenida do Canto do Pinheiro, tendo tido a preocupação de passar pelo local a fim de verificar o estado de execução das mesmas. Adiantou que tem sido contactado por diversas vezes, algumas através das redes sociais, para lhe transmitirem o estado calamitoso em que se encontra toda aquela zona. A sua observação no local confirmou o estado que lhe tinha sido comunicado, afetando não só moradores, mas também alguma atividade económica que é desenvolvida no local, situação que se agrava com a chegada das chuvas.

Questionou em termos de medição sobre o grau de execução em que a obra se encontra, qual o prazo que ainda será necessário para que a obra se conclua e se a câmara está disponível para receber os munícipes que se vão manifestando, que estão lesados com toda a execução necessária, mas que aparentemente estão a sofrer danos no seu património, na sua vida profissional, em razão da execução dessas mesmas obras.

Aludiu que tem memória que o prazo de conclusão já deveria ter terminado, empiricamente, percebe-se que a execução das obras implicam a colocação de infraestruturas, repavimentação, construção de percursos pedonais, contudo, estão muito atrasadas, sendo necessário criar alguma expectativa em relação às pessoas que residem e

desenvolvem a sua atividade económica nessa área, no sentido de estarem preparadas para o prazo que ainda terão de aguardar para assistirem à conclusão de uma obra benéfica para a requalificação urbana do concelho de Alcochete.

Sobre o projeto de execução que está a ser utilizado para esta obra, adiantou que este era mais vasto, abrangia a requalificação do largo da Feira, tendo já sido discutido numa reunião de câmara anterior, onde a câmara municipal estaria a aguardar por um investimento imobiliário, coincidente com os terrenos anteriormente ocupados pela fábrica do Orvalho, perguntou se já existe uma pretensão do investidor, porque o que foi transmitido numa das reuniões, foi que essa seria uma obra de urbanização assumida pelo promotor imobiliário associado aos terrenos já referidos, caso exista, qual é o modelo da pretensão, caso contrário, se a câmara vai aguardar pelo investimento do promotor imobiliário para executar a requalificação do largo da Feira.

O senhor presidente em resposta à questão apresentada pela senhora vereadora Natacha Patinha sobre a falta de trabalhadores com incidência particular nos trabalhadores da Administração Central, informou no que diz respeito à câmara municipal, paulatinamente, tem sido feito um investimento muito elevado no ponto de vista da contratação pública de funcionários para um conjunto de várias áreas, nomeadamente assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores, muito por força das mobilidades que têm existido, por aposentações e falecimento de trabalhadores do município.

Informou que no âmbito da descentralização e, em particular no que concerne à Educação, foram desenvolvidos os procedimentos necessários, sem olhar a meios para se poder cumprir os rácios que estão previamente definidos, adiantando que está em curso um conjunto de procedimentos concursais abertos, com mais de 300 inscritos, o que obrigará a ter algum tempo face ao processo do concurso. No que diz respeito a outras áreas, não tem conhecimento da carência de trabalhadores, quer na Conservatória, quer do Centro de Saúde. Os problemas que existem em relação à saúde não estão esquecidos, estão a ser dados passos para o preenchimento de carências no que diz respeito aos médicos, existindo uma tentativa de se segurar os médicos no Centro de Saúde de Alcochete, estando a câmara municipal envolvida no processo através do diálogo direto com os médicos, tentando criar condições para que eles não estejam só de passagem.

Transmitiu que sobre o tema da especialidade de Obstetrícia e das notícias que foram veiculadas pela comunicação social dando nota da pretensão do encerramento das urgências no Hospital Central Barreiro-Montijo, logo no dia em que essas notícias foram tornadas públicas, solicitou uma audiência ao senhor Ministro da Saúde, a qual esteve agendada para os primeiros dias de novembro tendo sido adiada para o dia 7 de novembro, entretanto, mesmo antes do início desta reunião de câmara foi comunicado a impossibilidade do senhor ministro reunir no dia 7, tendo sugerido o dia 9 de novembro, data esta em que não era possível estar presente, tentando, contudo, adiar essa audiência.

Explanou que nessa audiência terá oportunidade de falar sobre a pretensão do encerramento da obstetrícia no Hospital Central Barreiro-Montijo, mas também expor as preocupações sobre a extensão do Centro de Saúde de Alcochete no Samouco e do próprio Centro de Saúde de Alcochete, onde se deparam com a escassez de médicos de família.

Sobre a situação da Conservatória do Registo Civil, comunicou que há um ano foi contactado pela senhora Conservadora dando nota da preocupação ao nível da segurança, não só dos trabalhadores que ali exercem as suas funções e que são alvo de ameaças verbais, além de um ato enlouquecido de alguém ter partido um vidro, colocando em risco as pessoas que se encontravam no local. Logo após ter sido informado destas situações teve o cuidado de falar com o então Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Alcochete solicitando que se tomassem as medidas necessárias. O senhor comandante entendeu que não haveria a necessidade de ter alguém de plantão no local, mas que iria assumir uma vigilância mais assertiva. Essa informação foi transmitida à senhora Conservadora, ficando acordado que se a situação se agudizasse, a senhora Conservadora lhe transmitiria para que se pudesse desenvolver outros métodos junto da GNR. Até à presente data não recebeu mais nenhum contacto, partindo do princípio que esses problemas desapareceram ou minimizaram. Em relação à escassez de trabalhadores esclareceu que é a primeira vez que ouve falar sobre o assunto, mas que irá solicitar mais informações à senhora Conservadora, para que se consiga fazer pressão junto da tutela e, assim, serem preenchidas as vagas que possam existir.

Recordou que no início do mandato anterior, por via de um Gabinete do Estado, se deslocou a Lisboa, acompanhado da senhora vereadora Ana Maduro, na altura sua chefe de gabinete, no sentido de reunir com a AMA (Agência para a Modernização Administrativa) e de ser criado um gabinete onde se pudesse ter estes serviços. Na altura existia um pressuposto que consistia que entre a Conservatória, as Finanças e a Segurança Social, duas destas três entidades tinham de concordar em ficar num edifício único, sendo que o preenchimento desse local era da responsabilidade da AMA e a câmara municipal teria de encontrar o espaço. Só o serviço de Finanças é que manifestou a vontade de integrar este projeto, sendo compreensível que a Conservatória não tenha manifestado essa vontade, porque o edifício onde desenvolve a sua atividade é propriedade do Estado. Há um ano existiu um novo contacto por parte da AMA em que a câmara municipal comunicou que a disponibilidade se mantinha e por conseguinte, todos os contactos foram repetidos, mas só as Finanças é que manifestou, novamente, a vontade de mudar.

Relativamente às questões apresentadas pelo senhor vereador Luís Franco, informou que a câmara municipal anuiu a esta obra, porque entendeu que estavam reunidas as condições financeiras para avançar com o projeto, com uma dimensão diferente, com início imediatamente a seguir ao projeto urbanístico “*Tagus Bay*”, até à avenida Canto do Pinheiro, mormente até ao “*Freeport*”. Um investimento de cerca de €2.000.000,00 (dois milhões de euros), com uma comparticipação a rondar os €800.000,00 (oitocentos mil euros), competindo à câmara disponibilizar €1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros) para poder avançar com uma obra que peca por tardia e que é estruturante para Alcochete. Quando o projeto foi desenvolvido sentiu-se que a obra iria criar muitas dificuldades, porque não se está, apenas e só, a requalificar uma estrada, mas também a alterar um conjunto de infraestruturas no subsolo que têm mais de 50 anos, ou seja introduzir no subsolo os cabos de iluminação e de comunicações, dar continuidade à ciclovia que vem da avenida Euro 2004, criação de passeios pedonais para que haja uma maior mobilidade entre o centro e uma extremidade da vila.

Continuou explicando que o projeto tinha o prazo de execução de um ano e que muito antes do início da obra, foram convocados por via postal, os moradores e comerciantes, para uma reunião onde também se contou com a presença do senhor vereador Pedro

Lavrado e dos técnicos da câmara municipal, onde existiu o cuidado de esclarecer os presentes no que a obra consistia, dos constrangimentos, do acompanhamento diário para evitar que a mesma pudesse sofrer atropelos, contudo, há que ter a consciência que neste momento não existe no país uma obra que cumpra os prazos de execução. Atualmente o objetivo dos municípios já nem está relacionado com o cumprimento dos prazos de execução, mas sim com que o prazo não se prolongue em demasia.

Adiantou que há um conjunto de problemas relacionados com a falta de mão de obra, transversal a um conjunto de valências económicas no nosso país, dando o exemplo dos transportes, em que foi necessário se recorrer ao Brasil e a Cabo Verde para contratar trabalhadores, mas também se verifica o incumprimento da entrega de materiais.

Relativamente à questão de a câmara municipal estar disponível para receber os munícipes, considera que é uma não questão, porque se a câmara municipal não estiver disponível para receber os munícipes não está aqui a fazer nada, sublinhando que o executivo trabalha para as pessoas e está sempre disponível para as receber. No que consiste a esta obra o senhor vereador Pedro Lavrado não só tem recebido as pessoas no seu gabinete, como, inclusivamente, se tem deslocado à obra, onde tem a oportunidade de falar com os munícipes e com as empresas que ali estão sediadas.

O senhor vereador Pedro Lavrado transmitiu que de momento não tinha presente qual o grau de execução da obra, podendo, contudo, trazer a respetiva informação na próxima reunião de câmara.

Sobre o prazo da obra, na última Assembleia Municipal, referiu que havia a perspetiva e que se estava a trabalhar com o objetivo de entre a última semana de outubro e a primeira de novembro, se conseguir colocar a primeira camada de alcatrão no troço compreendido entre a rua da Tacôa e a estrada das Hortas, no entanto, as chuvas da última semana vieram atrasar e estragar o terreno que já estava preparado para receber a primeira camada. A previsão existente para o alcatroamento, caso não haja mais contrariedades, é para ser realizado na semana de 14 de novembro.

Aludiu que o prazo da obra terminou no passado dia 18 de outubro, estando previsto vir à próxima reunião de câmara o requerimento efetuado pelo empreiteiro para a prorrogação do prazo, pedido este que está a ser analisado pelo gabinete jurídico, para ser preparada a proposta que irá ser apresentada em reunião de câmara, reforçando que não obstante a deliberação que terá de ser submetida neste órgão colegial, o prazo que foi solicitado pelo empreiteiro estende-se até ao final do mês de abril de 2023.

Expôs que é uma obra que tem tido bastantes constrangimentos, dando o exemplo concreto e atual da rotunda de acesso ao “*Freeport*” que está em obras, onde irá ser ligado o esgoto pluvial ao outro lado da rotunda, uma conduta com cerca de 80 cm de diâmetro, todavia, quando se estava precisamente a chegar à rotunda, a uma profundidade de 2,5m, ao abrir o buraco, deparou-se com 3 cabos de média tensão, precisamente a meio da passagem do tubo, pelo o que se está aguardar a vinda da EDP (Eletricidade de Portugal) para desviar os referidos cabos. Explicou ao longo da obra, tem acontecido imprevistos, que para além de tudo e sem desculpar os empreiteiros pela falta de mão de obra e de material, têm causado muitos transtornos. Sobre o atendimento aos munícipes, tal como o senhor presidente já havia referido, sublinhou que tem recebido inúmeras pessoas, inclusive, na passada segunda-feira de manhã, depois de um fim de semana chuvoso, deslocou-se à obra e confirmou o estado calamitoso em que estava a via, existindo zonas onde era praticamente impossível circular, dificultando o trabalho regular do empreiteiro.

Relativamente aos danos no património dos munícipes, informou que tem recebido participações de vários danos, muitas vezes através de contactos telefónicos, onde solicita que lhe sejam remetidas as faturas e comprovativos dos prejuízos sofridos, cujos documentos são encaminhados para o empreiteiro para que este possa acionar o respetivo seguro. Partilhou que para além de danos em viaturas, também algumas caldeiras e esquentadores foram afetados devido aos trabalhos nas condutas de água por impurezas e areias que danificaram esses aparelhos.

O senhor presidente asseverou que o largo da Feira e a pretensão urbanística é uma realidade, é um projeto que irá nascer nos terrenos da antiga fábrica da cortiça tendo já existido um conjunto de reuniões com o promotor desse investimento, adiantando que no início desta semana, deu entrada nos serviços da câmara municipal, a resposta relativa à

proposta efetuada pela câmara ao promotor que se prende com a requalificação total do largo da Feira, ficando sob a responsabilidade do promotor urbanístico. Estima-se que a execução deste projeto tenha um prazo de dois anos, estando a requalificação programada para altura posterior à obra da avenida do Canto do Pinheiro.

O senhor vereador Luís Franco confessou ter ficado confuso, porque inicialmente o senhor presidente explanou de «forma cristalina» as características do projeto de execução da requalificação da entrada nascente da vila de Alcochete, sendo necessárias obras de infraestruturização no subsolo, repavimentação e criação de percursos pedonais à semelhança do que a câmara tem feito na avenida Euro 2004, onde realçou as virtudes da obra, com as quais concorda, mas lembrou que conhece muito bem o anteprojeto de execução que serviu para a primeira candidatura que foi apresentada a fundos comunitários, adjudicado por ele próprio, enquanto, presidente da câmara municipal, tal como o projeto de execução, estando esta obra a ser planeada desde 2016, no sentido de se aproveitar os fundos comunitários para que o esforço financeiro da câmara municipal fosse menor.

Continuou manifestando que esta requalificação há muito que deveria ter sido concluída, recordando que por decisão do atual executivo a candidatura inicial que permitiria a requalificação integral de toda a entrada nascente da vila de Alcochete, a qual incluiria também o largo da Feira e de uma parte da avenida 5 de Outubro, foi legitimamente alvo de desistência com o argumento de que não havia condições financeiras para suportar a execução dessas obras na sua plenitude.

Considera que a disponibilidade financeira favorável da Câmara Municipal de Alcochete é do seu agrado, mas que perante tal situação, a execução desta obra não foi uma prioridade imediata, preferindo este executivo, faseá-la, imputando a um promotor imobiliário a escassa requalificação de um pequeno troço na avenida 5 de Outubro, preterindo a requalificação do largo da Feira, também associando este local a obras de urbanização resultantes de uma pretensão urbanística do mesmo promotor.

Concordou com o senhor presidente em relação a tudo o que foi apresentado, no entanto, referiu que o senhor presidente olvidou que a paternidade do projeto não é do presente

executivo pelo que ao mais desatento munícipe que esteja a acompanhar esta reunião poderá parecer que a idealização deste projeto, de uma obra estruturante, seria da autoria do atual executivo, sublinhando que há que saber dar o mérito a quem teve a ideia, assim como também dar o mérito a quem está a conseguir concretizar, independentemente das dificuldades de execução e também por existir disponibilidade financeira.

Agradeceu as respostas às questões colocadas, mas considera que as mesmas criam algumas dúvidas. Acreditando que hajam munícipes que seguem sempre estas reuniões de câmara, muitos estão enfeudados num ou noutro partido, todavia, não há grande disponibilidade para que a sociedade civil expanda o seu interesse pela gestão da coisa pública. A transmissão online é um fator primordial na aproximação do poder político para com as populações, mas que já se torna enfadante ouvir sempre as mesmas explicações, os mesmos esclarecimentos em relação aos inúmeros atrasos das obras públicas que são executadas, recordando uma declaração proferida pelo senhor presidente onde afirmava que não lhe preocupavam os atrasos na execução das obras, porque o que interessava era a sua conclusão.

Transmitiu que a lamentável seca que o país atravessou e ainda não ultrapassou, não foi desfavorável aos interesses, compromissos e obrigações do empreiteiro no que diz respeito à conclusão desta obra, sendo fastidiosa essa justificação, não se compreendendo que concluído o prazo constante do contrato que foi celebrado entre a câmara municipal e este empreiteiro, se esteja a falar agora de uma prorrogação por mais seis meses para que a obra fique plenamente concluída, salientando que é uma situação impensável, quando uma das obrigações que estavam a ser impostas ao empreiteiro passaria pela execução da obra num prazo de um ano. Considera que atualmente e por vicissitudes várias que servem para tudo, tal como a pandemia, o flagelo da guerra, a crise financeira e económica associada com a escassez de materiais, tudo serve para que os empreiteiros que executam obras públicas, recebam o valor decorrentes das mesmas e incumpram na totalidade os seus contratos.

Sobre o atendimento aos munícipes, julga que se tenha explicado mal ou se foi percebido de forma errónea, concordando que uma câmara municipal e os seus eleitos devem estar sempre disponíveis para receberem os seus munícipes. Contudo, não teria sido isso o que

pretendia perguntar, o intuito seria perceber se a câmara estaria disponível para receber os munícipes lesados com o objetivo de serem ressarcidos desses mesmos danos, mas que, no entanto, foi de alguma forma respondido pelo senhor vereador Pedro Lavrado quando afirmou que recebeu algumas pessoas, tendo-lhe sido endereçados documentos relacionados com danos provocados em viaturas ou em habitações, os quais foram remetidos para o empreiteiro.

Questionou se o empreiteiro, através da seguradora já ressarciu os danos desses munícipes, se os lucros cessantes, termo que a senhora vereadora Ana Maduro, por ser jurista, sabe do que se trata, das pessoas singulares ou coletivas que estão situadas nessa avenida e que estão a ser lesadas, também se estará disponível para remeter para o empreiteiro, documentos que atestem esses lucros cessantes.

Mencionou que quando o senhor presidente afirmou que o projeto era do seu conhecimento, não sabe a que projeto é que estava a mencionar, se se referia à alteração do projeto inicial de requalificação do largo da Feira, caso seja, provavelmente por ónus que lhe será imputado, mas que não conhece, ou se partiu do pressuposto que conheceria o projeto que o investidor quer implantar nos terrenos da fábrica do Orvalho, questionando que projeto é esse, se implica a constituição de lotes, se será mais um condomínio habitacional constituído em propriedade horizontal.

O senhor presidente esclareceu que não lhe transtorna de forma alguma atribuir a paternidade de obras a quem de direito, tendo explicado em que é que esta obra consiste, porque quer na Assembleia Municipal, quer neste Órgão Colegial e de acordo com algumas intervenções que ao longo dos tempos tem escutado, muitas pessoas possivelmente não têm conhecimento do que esta obra contempla, havendo quem sugerisse que deveria ser executada por fases, algo que do ponto de vista técnico é impossível, considerando que no troço compreendido entre a avenida 5 de Outubro e a avenida Canto do Pinheiro apenas existem duas saídas, uma junto ao “Freeport” e outra junto à rua da Tacôa. Por isso quando de uma forma cristalina tenta explicar às pessoas, é para que todos saibam do que se está a falar, mas que não discute e nem chama a paternidade de algo que não é seu, pese embora, entender que ser pai não é apenas e só

quem faz um filho, é também quem educa, quem ajuda a crescer, no fundo quem o faz homem ou mulher.

Expôs que se há coisa fácil de fazer é encomendar projetos aos gabinetes sobre o que se quiser, o difícil será depois implementar no terreno esses mesmos projetos, com as dificuldades que o dia-a-dia apresenta. Constatou que é um facto existir muita dificuldade nas múltiplas obras e empreitadas que se tem vindo a realizar, transformando completamente para melhor o concelho de Alcochete, tendo a câmara municipal muita dificuldade no cumprimento dos prazos, assim como têm tido todas as câmaras municipais do distrito de Setúbal e não só.

Aludiu que já não é a primeira vez que fazem alusão e, particularmente, o senhor vereador Luís Franco, que este projeto está a ser feito agora, mas que poderia ter sido há cinco anos. Foi pensado em 2016 e o projeto não avançou, porque em 2017 quando o executivo tomou posse, a câmara municipal estava limitada no endividamento, podendo endividar-se em €2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil euros). Existia uma dívida total de €9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil euros) e havia uma candidatura que abrangia duas obras, a que está a ser discutida, incluindo o largo da Feira até à avenida do Canto do Pinheiro e a requalificação do “Pinhal das Areias e do “Sítio das Hortas”, duas obras que cujo valor a cargo da câmara municipal remetia a €4.000.000,00 (quatro milhões de euros), que na altura não tinha capacidade de avançar dado o limite de endividamento ser de €2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil euros). Assim, não avançou, porque a câmara municipal teria de disponibilizar €4.000.000,00 (quatro milhões de euros) e também porque havia outras prioridades, nomeadamente o Parque Escolar.

Explicou que se conseguiu que esta obra com um custo que chegaria aos €3.000.000,00 (três milhões de euros), esteja agora com um valor estimado em €2.000.000,00 (dois milhões de euros). Foi possível, no âmbito da candidatura, maiores benefícios, com uma verba comunitária de €800.000,00 (oitocentos mil euros), sendo competência da câmara, disponibilizar €1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros). Apontou que, no entanto, o senhor vereador Luís Franco poderá afirmar que só é desembolsado esse valor, porque também não se está a fazer o que o “pai da criança” imaginou para o projeto, sublinhando que é verdade, porque se conseguiu imputar essa despesa a promotores urbanísticos, que

para além de pagarem as devidas taxas, irão no formato da compensação, realizar o respetivo trabalho e que na sua opinião, é o exemplo de se gerir bem o dinheiro público.

Adiantou que não foi apologista do orçamento que o senhor vereador Luís Franco desenvolvia na altura em que era presidente da câmara, onde estava contemplado o investimento da frente ribeirinha e, embora sendo um defensor da frente ribeirinha, a mesma era um pormenor no orçamento global da câmara municipal, veja-se o tempo que esse projeto teve de execução, a derrapagem que teve e as vezes que o anterior executivo presidido pelo senhor vereador Luís Franco falou com os munícipes e que incentivos teve para com o comércio local afetado por essa obra.

Quanto aos danos causados pela obra da avenida Canto do Pinheiro aos munícipes, esclareceu a responsabilidade recai sobre o empreiteiro, reiterando todas ações levadas a cabo pelo senhor vereador Pedro Lavrado para que os munícipes possam ser ressarcidos dos prejuízos.

Frisou que desde o primeiro momento, o executivo está disponível para receber os munícipes lembrando que a questão levantada pelo senhor vereador Luís Franco foi exatamente: «este executivo está disponível para receber os munícipes?», à qual respondeu afirmativamente, que é essa a função do executivo, mas que ainda assim o senhor vereador Pedro Lavrado sem saber qual era a pretensão do senhor vereador Luís Franco teve o cuidado de explicar o que está a ser feito.

[A partir deste momento e para uma melhor compreensão da reunião optou-se por se transcrever na íntegra a participação dos intervenientes no Período de Antes da Ordem do Dia.]

Senhor vereador Luís Franco:

«Compreendo que tenha ficado incomodado com as minhas...*(não identificável, inaudível)*... eu ouvi-vos com atenção sem quaisquer sorrisos irónicos e ouvi-vos com atenção, se vamos incorrer nas práticas parlamentares, bom nós também o faremos e acho que não elevaria muito o nível de discussão na câmara municipal, mas claramente ficou muito incomodado, aliás repare, mesmo assumindo que aquele projeto, aliás como

outros e o senhor sabe, aliás no anterior mandato...*(não identificável, inaudível)*, eu compreendo que não gostem de ouvir...*(senhora vereadora Maria de Fátima Soares, inaudível)*, porque é verdade... *(não identificável, inaudível)*, senhor presidente, posso falar?»

Senhor presidente:

«Faz favor senhor vereador, com certeza que sim.»

Senhor vereador Luís Franco:

«Se calhar convinha dizer à senhora vereadora que tem o seu tempo, pode rebater as minhas afirmações...*(não identificável, inaudível)*, exatamente, meu deus, aliás não o faço quando preside às reuniões de câmara e tenta que elas sejam o mais quietas possível, mas quando está o senhor presidente a dirigir gosta desses desabafos, quase para parlamentar...*(senhora vereadora Maria de Fátima Soares, inaudível)*, pois fica, claro que sim, mas olhe vou mantendo o nível e nota-se quem é que o desce. Senhor presidente, porque passarei também a fazer exatamente o mesmo, não coíbo, não sou também nenhum santo que me permita coibir a ter este tipo de comportamentos, mas para já incomoda-vos que as verdades sejam manifestadas, bom é a minha verdade, os senhores terão as vossas verdades e terão também a possibilidade de apresentarem factos que claramente me digam, bem, a sua verdade, na verdade, é uma não verdade, mas até hoje todas estas questões que durante 5 anos, 5 cansativos anos têm sido reiteradamente afirmadas quer na reunião de câmara, quer na Assembleia Municipal, são verdades incontornáveis, estamos a falar deste projeto como poderíamos falar de outros, a senhora vereadora é vereadora da educação, o senhor presidente há pouco falou da requalificação do Parque Escolar, ora com a exceção da escola do Samouco, havia projetos e candidaturas para a requalificação de duas escolas no concelho de Alcochete, a escola da Restauração e a escola do Valbom que permitiu inclusivamente a transformação da escola do Valbom numa escola completamente diferente e com valências completamente diferentes, portanto, aliás, falou há pouco o senhor presidente das questões financeiras, esta questão por acaso já chegou a ser suscitada e disse uma meia verdade sabe? É que delimita o tempo, o momento da tomada de posse e esse exercício terminou em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2017 a câmara tinha uma dívida total de €7.000.000,00 (sete milhões de euros), tinha cerca de 4 a €5.000.000,00 (cinco milhões de

euros) de disponibilidades de tesouraria e mais, aquela maioria que os senhores agora ficam tão agoniados por ouvirem os representantes dessa então maioria a verbalizarem as suas opiniões, aquela maioria conseguiu fazer face a um colapso financeiro à bancarrota que o vosso partido provocou no nosso país e que teve repercussões enormes também ao nível da gestão autárquica, porque hoje assisto e reparem assisto gratificado, com felicidade, aos saldos de tesouraria que nos são apresentados em cada uma das reuniões de câmara e no nosso tempo nós tivemos momentos em que tivemos saldos de tesouraria de €500.000,00 (quinhentos mil euros), que estavam única e exclusivamente direcionados para o pagamento de vencimentos dos nossos trabalhadores. Falar de saber gerir por executar faseadamente uma obra, eu dou mais um exemplo, é que o “Bote Leão”, que acho que também nos gratifica e foi uma obra meritória, o “Bote Leão” teve um custo de construção de €369.000,00 (trezentos e sessenta e nove mil euros), a câmara convenceu a “Lusoponte” ser sua parceira nesse negócio, a “Lusoponte” ao abrigo da Lei do Mecenato atribui um apoio de €200.000,00 (duzentos mil euros). À câmara municipal remanesciam €169.000,00 (cento e sessenta e nove mil euros), candidatámos o “Bote Leão” ao “Pró-Mar”, obtivemos mais €120.000,00 (cento e vinte mil euros), portanto o esforço financeiro que a câmara municipal para a construção do “Bote Leão”, para a qual a senhora vereadora tem agora para si, tem pouco nível, teve o mérito de a convidar, aliás, em apreço ao seu pai que construiu com as suas mãos, aquele barco...»

Senhor presidente:

«Senhor vereador é dispensável, é dispensável senhor vereador»

Senhor vereador Luís Franco:

«Pois é, também eu dispensava as considerações da senhora vereadora.»

Senhor presidente:

«Agradeço que termine senhor vereador, por favor.»

Senhor vereador Luís Franco:

«...que teve o privilégio de estar no passeio inaugural daquele barco, queria eu dizer que foi demonstrativo esse processo saber gerir. Agora falar de barriga cheia e não respeitar a sopa que nos foi apresentada para depois comer, não vos fica nada bem e comigo que

diferencio sempre, podem não acreditar, diferencio sempre a questão política da questão pessoal, comigo terão sempre nas questões políticas um fervoroso opositor quando tiver de ser, apoiante também quando se justificar, não creiam que o vosso aparato, o vosso coro me constrangerá ou intimidará a usar da palavra e a dizer aquela que para mim convictamente é a minha verdade, deixe-me só terminar senhor presidente, não aceito intimidações, não intimido com coros e acreditem esses vossos coros, essas vossas manifestações de desagrado e de agonia em relação a quem está perante vós, somente me vão motivar mais para exercer fervorosamente uma oposição como Alcochete merece, porque de facto Alcochete merece mais do que aquilo que atualmente tem. Muito obrigado.»

Senhor presidente:

«Obrigado senhor vereador, duas notas para terminar. Primeira, já tive oportunidade de referir isto para quem é apaixonado pelos números, investigue, consulte, verifique, a pandemia trouxe-nos taxas de inflação significativamente superiores às taxas que a crise financeira teve. O que eu quero com isto dizer, as dificuldades da pandemia são maiores do que aquelas que foram os tempos...*(senhor vereador Luís Franco, inaudível)* da respetiva crise e ...*(senhor vereador Luís Franco, inaudível)* devemos ...*(senhor vereador Luís Franco, inaudível)* tratar da casa do povo, senhor vereador tenha calma, não se exalte, porque neste momento não está nenhum coro em atuação é apenas um solista, sou eu que estou apenas e só a falar, portanto ...*(senhor vereador Luís Franco, inaudível)* agradeço, não enfim, estou a dizer aquela que é a minha verdade, se calhar para si não é, consulte os livros e vá verificar do ponto de vista financeiro isto que estou a dizer. Para terminar mesmo, termino só com uma frase, uma coisa que o senhor vereador disse, senhor vereador, a mim a verdade não me incomoda, sabe o que me incomoda? É a mentira, isso é que me incomoda...*(senhor vereador Luís Franco, inaudível)* e estamos com o processo da ordem de trabalho...*(senhor vereador Luís Franco, inaudível)*, ó senhor vereador, não há defesa da honra porque ninguém lhe chamou mentiroso, eu disse que me incomoda é a mentira...*(senhor vereador Luís Franco, inaudível)*, desculpe não vou anuir...*(senhor vereador Luís Franco, inaudível)* portanto está terminado

Senhor vereador Luís Franco:

«Pede-se defesa da honra.»

Senhor presidente:

«Senhor presidente, senhor vereador...»

Senhor vereador Luís Franco:

«Compreendo essa sua confusão, mas repare, o senhor leia o regimento...»

Senhor presidente:

«Já disse o que tinha a dizer.»

Senhor vereador Luís Franco:

«Leia o regimento por favor, o senhor não pode...»

Senhor presidente:

«Peço aos meus serviços que cortem por favor o som do senhor vereador que está a perturbar...»

Senhor vereador Luís Franco:

«Censura...»

Senhor presidente:

«...que está a perturbar,não, vontade de fazer acontecer...(senhor vereador Luís Franco, inaudível), não, vontade de fazer acontecer ...(senhor vereador Luís Franco, inaudível).»

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €8.249.689,24 (oito milhões, duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 12/10/2022 e 25/10/2022, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €1.020.424,68 (um milhão, vinte mil, quatrocentos e vinte e quatro euros e sessenta e oito cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 4089 ao n.º 4403.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada em 14 de setembro de 2022

Submetida à discussão, o senhor vereador Luís Franco mencionou: «em relação à Ata, nada a afirmar, na sequência da vossa atitude e da atitude do senhor presidente, absolutamente deplorável do ponto de vista democrático, quase que fascizante, censura, os vereadores da CDU vão ausentar-se desta reunião da câmara e o vosso exemplo, claramente aqui fica para a perpetuidade. Durante 12 anos eu nunca fiz o que o senhor acabou de fazer às oposições.»

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou a senhora vereadora Ana Sofia Madeira Maduro e o senhor vereador Dário João Ferra Moura por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR-PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1. Retificação da Designação de Classificação do Imóvel sito no largo da Misericórdia e na rua João Facco Viana n.ºs 8 a 12, Alcochete presente em reunião de câmara de 16/03/2022 – ponto 4.2

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando:

A proposta presente em reunião de câmara em 16-03-2022, relativa a classificação do imóvel sito no largo da Misericórdia e rua João Facco Viana n.ºs 8 a 12, na freguesia e concelho de Alcochete, apresenta um lapso na designação da classificação, propõe-se proceder à seguinte retificação:

Onde se lê:

Classificação como imóvel de Interesse Municipal (IM) do edifício sito no largo da Misericórdia e rua João Facco Viana n.ºs 8 a 12, na freguesia e concelho de Alcochete.

Deve ler-se:

Classificação como Monumento de Interesse Municipal (MIM) do edifício sito no largo da Misericórdia e rua João Facco Viana n.ºs 8 a 12, na freguesia e concelho de Alcochete.

Propõe-se que:

A câmara Municipal delibere a retificação da designação de classificação do imóvel de Interesse Municipal (IM) para Monumento de Interesse Municipal (MIM), do edifício sito no largo da Misericórdia e rua João Facco Viana n.ºs 8 a 12, na freguesia e concelho de Alcochete.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.2. Acordo de Cooperação para Gestão e Manutenção dos Espaços Verdes e de Utilização Coletiva - processo de obras n.º LE/2020/31

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando que:

1. No âmbito do processo de obras n.º LE/2020/31 e por despacho do senhor Vereador do Pelouro, foi emitido a 2020/07/30, o alvará de obras de alteração e ampliação n.º 26/2020, em nome de ALDI Portugal – Supermercados, Lda., agora designada por REAL ESTATE MANALDI, LDA;
2. Nos termos e para efeitos do disposto no artigo 46.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), a gestão dos espaços verdes e de utilização coletiva pode ser confiada a moradores ou a grupos de moradores das zonas loteadas e urbanizadas, mediante a celebração com o município de acordos de cooperação ou de contratos de concessão do domínio municipal;
3. Ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 2, do RJUE, os acordos de cooperação podem incidir, nomeadamente, sobre os seguintes aspetos: a) limpeza e higiene; b) conservação de espaços verdes existentes;

4. Esses acordos de cooperação configuram contratos de colaboração que são aqueles que exprimem a cooperação entre a Administração e o particular, pelos quais a Administração o associa à satisfação de uma necessidade pública, onde se procede à identificação dos termos em que serão desenvolvidas, nomeadamente, as tarefas de conservação de espaços verdes existentes, por forma a evitar a sua degradação;
5. É da competência da Câmara Municipal gerir equipamentos, serviços, redes de circulação e de transportes, conforme previsto na alínea ee) o n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais;
6. É do interesse da Câmara Municipal que a manutenção dos Espaços Verdes, localizados no Alto do Chafariz, Avenida Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, em Alcochete, de acordo com a planta de implantação/localização e levantamento fotográfico, que se juntam em anexo ao presente Acordo e que ficam a fazer parte integrante do mesmo, seja efetuada por entidade terceira, que disponha de conhecimentos adequados a proporcionar o máximo de qualidade dos serviços a prestar.

Propõe-se que:

A câmara Municipal delibere aprovar o respetivo Acordo de Cooperação para Gestão e Manutenção de Infraestruturas e dos Espaços Verdes e de Utilização Coletiva.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Acordo, como **Doc. 1**.

4.3. Doação de Cadeira Elétrica para Evacuação/Mobilização à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

Dando continuidade aos pressupostos estratégicos da Câmara Municipal de Alcochete, que definiu como um dos pilares fundamentais o sistema de proteção civil local e, por conseguinte, o melhoramento de equipamentos para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete de forma a proporcionar uma continua melhoria das condições de vida e bem-estar da população de Alcochete, no que ao socorro diz respeito.

Cada vez mais deve existir a preocupação de garantir a segurança das pessoas nas mais diversas situações, através de soluções que sejam adequadas a cada situação.

Existindo por parte da Associação Humanitária os Bombeiros Voluntários de Alcochete a inexistência e necessidade premente de uma cadeira para evacuar pessoas em caso de emergência e particularmente devido ao elevado número de munícipes que necessitam de ser transportados das suas habitações para receberem cuidados médicos, este é um equipamento de extrema utilidade para transportar pacientes nos locais mais desconfortáveis, como sejam, escadas, corredores, elevadores e onde não seja possível o uso de maca, combatendo-se deste modo mais uma fragilidade da nossa Associação Humanitária que diariamente proporciona aos nossos munícipes um serviço de excelência e profissionalismo.

Assim, proponho a doação do Equipamento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete integrado nas comemorações do seu 74.º aniversário:

Qt.	Descrição	Valor da Aquisição
1	Cadeira Elétrica Evacuação/Mobilização	€1.906.50

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4. Celebração de Contrato Programa com a Associação de Danças Sevilhanas Rocieras de Alcochete

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º - 2 alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, nº.1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2022, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), à Associação de Danças Sevilhanas Rocieras de Alcochete.»

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 2**.

4.5. Celebração de Protocolo de Parceria para a Promoção das Atividades de Enriquecimento Curricular 2022/2023

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Decreto-Lei. n.º 21/2019 de 30 de janeiro veio concretizar a transferência de competências no domínio da educação para os órgãos municipais.

O seu artigo 39.º, alínea c), dispõe que compete às câmaras municipais promover e implementar medidas de apoio à família, nomeadamente, as respeitantes a atividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1.º ciclo do ensino básico.

Por seu turno, o artigo 74.º do mesmo diploma prevê que até ao início de vigência do diploma a que se refere o artigo 41.º do Decreto-Lei. n.º 21/2019, se mantém em vigor a legislação e regulamentação aplicável às atividades de enriquecimento curricular.

Neste domínio, a Portaria n.º 644-A/2015 de 24 de agosto, que revogou o despacho n.º 9265-B/2013 de 12 de julho, publicado no “Diário da República”, 2.ª série de 15/07, mas prevendo na sua essência regras semelhantes, dispõe que podem ser promotoras das AECS as autarquias locais e as associações de pais e encarregados de educação (conforme. o artigo 13.º, alíneas b) e c)).

O artigo 14.º do mesmo instrumento jurídico prevê que a entidade que for promotora das AECS pode constituir parcerias com as demais entidades a que se refere o artigo 13.º.

Além disso, quando a entidade promotora não for o agrupamento de escolas, mas a autarquia, pode esta estabelecer um protocolo de colaboração com o respetivo agrupamento de escolas, onde se indiquem os elementos a que se refere o artigo 15.º do mesmo diploma.

A Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Alcochete (FAPEECA) é a entidade que tem dinamizado as AEC nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico até ao passado ano letivo. A planificação das atividades, bem como a sua implementação tem sido reiteradamente avaliada e aprovada pelo Agrupamento de Escolas de Alcochete.

Face ao exposto, propõe-se a aprovação da celebração de protocolo de Parceria, em anexo, para a Promoção das Atividades de Enriquecimento Curricular, no valor global de €96.150,00 a pagar em três tranches de €32.050,00, para o ano letivo 2022/2023, entre a Autarquia, como entidade promotora, a Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Alcochete, como entidade parceira e o Agrupamento de Escolas de Alcochete de acordo com o disposto no artigo 40.º, n.º 1 do Decreto-Lei. n.º 21/2019.

A prévia autorização da repartição de encargos, relativos à dinamização das AEC, nos anos económicos 2022 e 2023 encontra-se devidamente autorizada, pelo senhor. Presidente da Câmara, na informação técnica n.º 15/22 de 18 de outubro.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Protocolo, como **Doc. 3**.

4.6. Atribuição de Ação Social Escolar - Ano Letivo 2022/2023

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do estabelecido pela alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º e pelo ponto 1, do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, é competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a atribuição de auxílios económicos no âmbito da alimentação, material escolar e visitas de estudo.

De acordo com o estabelecido pela legislação em vigor e após a análise de todos os requerimentos e respetiva fundamentação documental, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar no escalão A a 4 alunos do ensino pré-escolar e a 11 alunos do 1.º ciclo do ensino básico. No escalão B a 4 alunos do 1.º ciclo do ensino básico, cujos processos encontram-se disponíveis para consulta no Setor de Educação.

Assim sendo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente a atribuição de Ação Social Escolar para o ano letivo 2022/2023, com efeitos a 19 de setembro de 2022.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

5. Apoios financeiros

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

- **Atribuição de um apoio financeiro à Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense no âmbito do seu 103.º aniversário**

«Considerando que:

- A Câmara Municipal de Alcochete reconhece a importância do movimento associativo como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização social, desportiva e cultural no concelho;

- O movimento associativo tem um papel insubstituível no que respeita à valorização social e à formação cívica dos seus associados, em virtude de ter subjacente valores de extrema importância como o voluntariado, da solidariedade, da democracia e da cidadania;
- A Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 1 de dezembro de 1919, que integra o nosso vasto movimento associativo, desempenhando um papel de reconhecida utilidade pública, designadamente na promoção da cultura e na educação musical;
- Falamos de uma associação com elevado dinamismo, que representa o concelho de Alcochete por todo o país e além-fronteiras, motivo de grande orgulho para todo o concelho, só possível graças ao empenho, determinação e perseverança de inúmeros nomes que, com enorme espírito de altruísmo, dedicam grande parte das suas vidas a esta associação;
- No dia 1 de dezembro de 2022 a Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense comemora o seu 103.º aniversário, data de grande significado não só para a própria coletividade e seus associados, mas para toda a população do concelho, e em particular para a freguesia do Samouco.

Como tal, atendendo ao papel fundamental que esta associação tem desempenhado em prol de todos os munícipes, consideramos de manifesta importância presentear a Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense com a atribuição de um apoio financeiro no valor de €3.000,00 (três mil euros), destinado à aquisição de dois instrumentos musicais, nomeadamente um Bombardino Besson 165 Profissional (instrumento de sopro da classe dos metais) e um Gongo Tam-Tam profissional e respetivo suporte (instrumento de percussão)

E, em conformidade com o disposto no artigo 33.º, nº 1, alínea o), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, é da competência da Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes;

Termos em que, atentos os factos anteriormente expostos, se propõe que o órgão Colegial Executivo do Município delibere favoravelmente a atribuição do apoio pecuniário no valor de €3.000,00 (três mil euros), destinado à aquisição de dois instrumentos musicais, nomeadamente um Bombardino Besson 165 Profissional e um Gongo Tam-Tam profissional e respetivo suporte para a Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense, pelo seu 103.º aniversário.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Não votou o senhor vereador Dário Moura ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foram apresentadas as seguintes propostas:

– **Apoio financeiro - Futebol Clube São Francisco**

«O Futebol Clube São Francisco fundado a 19 de março de 1977, tem já na sua história vários factos relevantes na modalidade de futebol de salão: campeão de Portugal de Futebol de Salão Seniores Masculinos, época de 1994/1995; vice-campeão nacional de Futebol de Salão e campeão da Supertaça de Portugal de Futebol de Salão Seniores Masculinos época de 1994/1995.

Assim, considerando:

- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade urgente e imprescindível de realizar obras de reparação e beneficiação no telhado da sua sede social, de forma a garantir a segurança dos dirigentes, atletas e associados que diariamente trabalham e frequentam o edifício sede;
- A dificuldade do clube para assumir a totalidade do financiamento necessário para a realização de obras no telhado e pintura da sua sede social;
- As reuniões anteriormente realizadas com os interessados, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada;
- De acordo com a alínea e), do ponto 2, do artigo 7.º, do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, podem as entidades do concelho candidatar-se ao apoio a atividades de valorização e salvaguarda do património local.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €25.000,00 (vinte cinco mil euros), ao Futebol Clube São Francisco.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

- **Apoio financeiro - Vulcanense Futebol Clube**

«O Vulcanense Futebol Clube, coletividade sediada no concelho de Alcochete, fundada a 16 de junho de 1962, tem-se assumido ao longo dos anos como uma das coletividades mais ecléticas do nosso concelho. Na sua história destacam-se vários factos relevantes quer a nível local quer a nível distrital, nas modalidades de andebol, atletismo, cicloturismo, karaté entre outras modalidades.

Assim, considerando:

- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade urgente e imprescindível de realizar obras de reparação e beneficiação no telhado da sua sede social, de forma a garantir a segurança dos dirigentes, atletas e associados que diariamente trabalham e frequentam o edifício sede;
- A dificuldade do clube para assumir a totalidade do financiamento necessário para a realização de obras no telhado e pintura da sua sede social;
- As reuniões anteriormente realizadas com os interessados, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.
- De acordo com a alínea e), do ponto 2, do artigo 7.º, do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, podem as entidades do concelho candidatar-se ao apoio a atividades de valorização e salvaguarda do património local.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €20.000,00 (vinte mil euros), ao Vulcanense Futebol Clube.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

6. Informações

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte Informação:

– 1.º Simpósio Português sobre Filosofia e Inteligência Artificial

Nos dias 20 e 21 de outubro, o Fórum Cultural de Alcochete foi palco de um prestigiado evento académico e científico, o 1.º Simpósio Português sobre Filosofia e Inteligência Artificial, que reuniu um conjunto de especialistas em torno das questões da inteligência artificial, da filosofia da mente e da realidade virtual vs a consciência humana.

A iniciativa foi promovida pela Câmara Municipal de Alcochete, com a coordenação científica da NOVA IMS e do Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa (CFCUL) e contou com o apoio da Associação Portuguesa para a Inteligência Artificial (APPIA) e do LASI, *Intelligent Systems Associate Laboratory*.

O Simpósio contou com 3 *Keynotes* e 6 painéis, sob os temas:

- Inteligência Artificial, Problemas éticos e Democracia;
- Inteligência Artificial e Filosofia do Conhecimento;
- Imitando o Cérebro;
- Imitando a Vida;

- Inteligência Artificial e Filosofia da Mente;
- Inteligência Artificial na Robótica e na Realidade Virtual.

Os painéis foram discutidos pelos grandes nomes da investigação das áreas da Filosofia e da Inteligência Artificial em Portugal, tais como Hélder Coelho, Ernesto Costa, Zita Marinho, Vítor Santos, Paulo Castro, Alípio Jorge, entre outros.

No final do 1.º Simpósio Português sobre Filosofia e Inteligência Artificial, foi produzido um manifesto, Manifesto de Alcochete, que está disponível na página do evento no website da Câmara municipal e estará em discussão pública até ao dia 21 de novembro de 2022.

A Câmara tomou conhecimento.

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foram apresentadas as seguintes Informações:

- **Programa Alcochete Aventura – “Trilhos das Salinas do Samouco” em BTT**

« No âmbito do Programa Alcochete Aventura de 2022, a Câmara Municipal de Alcochete organizou no passado dia 16 de outubro o passeio de BTT “Trilhos das Salinas do Samouco”.

O passeio realizou-se nas Salinas do Samouco — Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental, e contou com a presença de 153 participantes, num percurso guiado com aproximadamente 30 km's.

Ao excelente enquadramento paisagístico e ambiental do nosso concelho, juntamos um conjunto de momentos de convívio e partilha entre todos os participantes durante a pausa na Junta de Freguesia do Samouco.

Pela enorme participação dos munícipes neste passeio e pela dedicação de todos os envolvidos na organização, apresentamos o nosso sincero agradecimento.»

A Câmara tomou conhecimento.

– **“Reunião Conselho Municipal de Juventude”**

« Decorreu no passado dia 10 de outubro de 2022 no Salão Nobre dos Paços do Concelho a reunião plenária do Conselho Municipal de Juventude com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações gerais;
2. II Plano Nacional para a Juventude - Resolução do Conselho de Ministros;
3. Balanço do plano de atividades de 2022;
4. Linhas gerais de política de juventude e respetivo orçamento para 2023;
5. 4.º Ciclo de Conferências; Outros.

No que diz respeito ao ponto 1 não existiu nenhuma informação relatada.

Relativamente ao ponto 2 foi explicado aos membros do Conselho Municipal de Juventude que o Conselho de Ministros aprovou o II Plano Nacional para a Juventude (II PNJ), um plano que visa reforçar a concretização dos direitos dos jovens, promovendo a sua emancipação e desenvolvimento pessoal, tanto a nível económico, como social.

O II PNJ é um plano transversal que contempla mais de 400 medidas para a Juventude e/ou com impacto na Juventude, com um valor de três mil milhões de euros em três anos (44% com origem em fundos europeus), sendo resultado de um amplo processo de

auscultação junto dos jovens, dos representantes das organizações de Juventude, incluindo os contributos do Conselho Consultivo da Juventude.

No ponto 3 foi destacado que mesmo com os constrangimentos causados ainda pela Pandemia Covid-19, a juventude em Alcochete não parou em 2022, tendo conseguido realizar cerca de 75% das atividades que estavam previstas para este período

De entre o vasto programa anual é de destacar mais uma edição da Quinzena da Juventude, que este ano se celebrou a dobrar com um mês inteiro de atividades; a 3.^a edição das Conferências da Juventude, que juntou especialistas de renome nacional para abordar temas como os comportamentos aditivos ou o ambiente e a sustentabilidade; a Mostra de Bandas que em 2022 trouxe 17 novos projetos a Alcochete ou até a promoção do Orçamento Participativo Jovem.

Visto como um dos momentos mais importantes e até mesmo um marco para o desenvolvimento das atividades no panorama da juventude no concelho de Alcochete, a inauguração da sala BoxJ (que se localiza na Escola Conde Ferreira e está disponível para utilização por parte dos munícipes) e a criação do Serviço Municipal de Juventude figuram como dois pontos essenciais para o apoio aos jovens de Alcochete.

Na apresentação e debate do ponto 4 da ordem de trabalhos, o Conselho Municipal de Juventude decidiu voltar a reunir ainda este ano (5 de dezembro) para definir os eixos orientadores das políticas municipais referentes à temática, que devem surgir em linha com o II Plano Nacional para a Juventude, como aconteceu com a primeira versão da proposta, que vigora até ao final deste ano.

Ficou ainda decidido que cabe aos conselheiros a apresentação de propostas de atividades, bem como sugestões de aproximação entre o município e os jovens que, em Alcochete, se consideram até aos 35 anos.

No que diz respeito ao ponto 5 ficaram definidos os temas do 4.º Ciclo de Conferências que são os seguintes:

1. Cultura/Arte e Capacidade de Expressar Sentimentos;
2. Empreendedorismo e Perspetiva de Trabalho dos Jovens;
3. Globalização e Eficiência Energética;
4. Formação/Ética no Desporto e Alimentação Saudável

Deste encontro que contou com representação de todas as juventudes partidárias e associações juvenis existentes no concelho, resultou ainda a confirmação da realização da 4.^a edição da Quinzena da Juventude.

Alcochete está na BOX porque a Juventude não pode PARAR!!!»

A Câmara tomou conhecimento.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:26 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Joel Rodrigues, assistente técnico, subscrevo e assino.